

# AS VOGAIS NASAIS DA LÍNGUA PORTUGUESA E O PROBLEMA DE SUA CLASSIFICAÇÃO COMO NATURAIS OU NASALIZADAS

GRANDO, Marcos Antonio<sup>1</sup>

LAUFER, Albertina<sup>2</sup>

## RESUMO

Este trabalho é resultado da observação de que não há consenso em português se as vogais nasais ocorrem naturalmente ou se são produto da proximidade de vogais orais com consoantes nasais. A partir da resposta preliminar obtida, procura-se entender se sua existência é importante fonologicamente, a ponto de alterar o quadro vocálico da língua portuguesa ou se sua produção é simples alofonia presente em alguns falares. Em suma, analisa-se os registros oral e escrito sob as disciplinas de fonética e fonologia, procurando investigar a ocorrência de vogais nasais através dos fenômenos da nasalidade e nasalização. Esse processo investigativo ocorre através do exame de atuais e consistentes fontes bibliográficas digitais e impressas, agrupando-as qualitativamente pela afinidade ou contraposição que seus autores fazem ao proposto para o tema pelo ilustre linguista brasileiro Joaquim Mattoso Câmara Jr. Por fim, observa-se que os autores consultados confirmam que a nasalidade é real em vogais portuguesas, mas que é de existência apenas fonética, por outro lado, a nasalização é, esse sim, um processo fonológico importante, produto do espriamento do traço nasal para a vogal em foco, pela explicação estruturalista, e pelo compartilhamento de traço entre segmentos, para os gerativistas.

**Palavras-chave:** Vogais Nasais. Fonética e Fonologia. Joaquim Mattoso Câmara Júnior.

## 1. INTRODUÇÃO

Este estudo investiga a gramática da língua portuguesa de modo estrutural, considerando as perspectivas de fonética e fonológica para analisar a ocorrência das vogais nasais e o problema de sua classificação como existentes naturalmente, no que se conhece como nasalidade, ou se sofrem nasalização.

A falta de consenso sobre a real identidade desses sons vocálicos nasais no

---

<sup>1</sup> Aluno do curso de Bacharelado em Letras no Centro Universitário Internacional UNINTER.

<sup>2</sup> Professora Orientadora no Centro Universitário Internacional UNINTER. Mestre em Teologia, Pós-graduada em Psicologia Analítica e Counseling. Graduada em Pedagogia, Teologia e Letras. Psicóloga Clínica CRP-PR 08/29582. Hipnoterapeuta. Escritora e Poeta. E-mail: albertinalaufer@gmail.com

português perdura há muito, o que embarga um conhecimento final e total da sonoridade da língua lusitana. Leite (2004), delimitou bem a questão de a nasalização nesse idioma ser unânime, enquanto que a existência fonológica das vogais nasais, nasalidade, não o é.

Para as vogais nasais, as análises do português se dividem em aquelas que as consideram fonêmicas (Eunice Pontes, Robert Hall, Brian Head, Clea Rameh, Eurico Back, Yonne Leite) e as que as consideram não-fonêmicas (Mattoso Câmara, Miriam Lemle, David Reed e Yolanda Leite (1956), Moraes Barbosa, Maria Helena Mira-Mateus). Seguindo-se uma visão estruturalista concreta, tal como o faz Eurico Back, o problema poderia se resumir a uma questão de acuidade fonética, isto é, se reduziria à indagação de se existe ou não um *glide* consonântico nasal em final de palavras (LEITE, 2004, p. 16).

Há, porém, como reaproximar as visões diversas. Para tanto, o tipo de pesquisa escolhida foi bibliográfico, dando destaque aos estudos de Joaquim Mattoso Câmara Júnior<sup>3</sup>, precursor dos estudos na área, que muito conclusivamente expõe a sua visão em várias obras suas e é citado por muitos outros em defesa de seus argumentos:

Câmara Jr. defende que há, no português, dois tipos de nasalidade: a nasalidade fonológica, com função distintiva, e a nasalidade fonética, não distintiva. Sobre a nasalidade fonética, Câmara Jr. chama a atenção para o fato de que é determinada pela assimilação à consoante nasal da sílaba seguinte, ou seja, é vogal nasalizada, como por exemplo, [ˈlẽma] (2009, p. 36 *apud* COSTA e MALTA, 2015, p. 136).

Mais especificamente, pondo cada fenômeno nasal na área a qual pertence, separando os conceitos fonéticos dos fonológicos, o artigo pretende diferenciar, bibliograficamente, a nasalidade e a nasalização nos estudos em fonética e fonologia; destacar os autores que demonstram a existência do fenômeno nasalidade em língua portuguesa como puramente fonético e, finalmente, demonstrar que o fenômeno de nasalização ocorre em português apenas fonologicamente, através da ocorrência de um segmento formado por vogal oral em proximidade de consoante nasal.

## 2. AS VOGAIS NASAIS DA LÍNGUA PORTUGUESA

---

<sup>3</sup> É importante especificar que diferentes autores o citam de maneira diversa, alguns como Mattoso Câmara, outros como Câmara Jr. Tentar-se-á preservar a maneira original com que cada autor referenciado já o fez, e quando for conteúdo original deste artigo, citar-se-á "Câmara Jr".

## 2.1 METODOLOGIA

O método para a confirmação ou não do presumido sobre o assunto, indiscutivelmente deve ser o científico, conforme especificação de Ciribelli (2003):

Método científico pode ser definido como um conjunto de etapas e instrumentos pelo qual o pesquisador científico, direciona seu projeto de trabalho com critérios de caráter científico para alcançar dados que suportam ou não sua teoria inicial (*apud* PRAÇA, 2015, p. 74).

Logo, cabe ao autor da pesquisa buscar a melhor forma de fazê-lo com o aparelhamento adequado, conforme continua Praça (2015, p. 74) “o pesquisador, tem toda a liberdade de definir quais os melhores instrumentos vai utilizar para cada tipo de pesquisa a fim de obter resultados confiáveis e com possibilidades de serem generalizados para outros casos”.

Como a base de dados para o tema é inumerável, uma vez que advém da teorização que cada pesquisador faz sobre o assunto, não cabe numerá-los, mas reconhecê-los e agrupá-los por afinidade. Portanto, a abordagem científica escolhida necessariamente classifica-se como qualitativa.

Os métodos qualitativos descrevem uma relação entre o objetivo e os resultados que não podem ser interpretados através de números, nomeando-se como uma pesquisa descritiva. Todas as interpretações dos fenômenos são analisadas indutivamente. (FERNANDES, 2009 *apud* PRAÇA, 2015, p. 81).

Sobre as fontes, a pesquisa é bibliográfica, e ocorreu recorrendo-se a uma seleção de autores brasileiros que tratam do tema escolhido, escolhendo-se como ponto de partida Joaquim Mattoso Câmara Jr., um dos precursores do assunto no Brasil, a quem outras referências presentes nesta obra, como Costa e Malta, D'Angelis, Freitas, Botelho e Unha e De Paula citam de modo a confirmar ou contrapor suas ideias.

Quanto ao material selecionado, Praça (2015, p. 81) evidencia que a revisão bibliográfica deve buscar dentre as mais atuais e mais consistentes obras, que deem respaldo e limite ao campo teórico escolhido, mas também apresentem as falhas ainda existentes e ao que tendem as atuais vertentes. Para tanto, usou-se de artigos on-line de revistas científicas, livros de linguística e a manuais de

fonética e fonologia, buscando, em todos, subsídios para confirmação ou contestação da tese proposta.

## 2.2 AS VOGAIS NASAIS E AS VOGAIS NASALIZADAS

É interessante que se parta de algumas definições teóricas sobre terminologias que cercam o assunto para melhor aprofundamento, logo, importa entender inicialmente o que são vogais, que Câmara Jr. (1957, p. 20) define como um “som elementar que é o centro ou ápice do conjunto e se diz um *silábico*, isto é, capaz de construir sílaba; os demais integram-se nele como seus *assilábicos*.” (grifos do original).

As vogais, geralmente, produzem-se pela passagem de ar através da boca sem nenhuma obstrução, importando, apenas, o grau de abertura da cavidade em relação à língua e os lábios e arredondamento dos lábios para defini-los; essas chamam-se orais. Todavia, há línguas que se utilizam da produção nasal de vogais, conforme o mesmo autor cita:

Ora, há em muitas línguas vogais em que a corrente de ar se desvia para as fossas nasais, ressoando na câmara nasal concomitantemente com o seu som oral. São as vogais ditas nasais, de que temos exemplos em português, em cuja grafia o seu sinal distintivo é o til (~) sobreposto à letra vogal (ex.: *lã*) ou uma consoante nasal (*m, n*) em seguimento à letra vogal (ex.: *som, dança, campo*) (CÂMARA JR., 1957, p. 23-24).

Comparando as línguas românicas, linguistas notaram que há distinção entre os processos de criação das vogais nasais em cada língua. Costa e Malta (2015, p. 133-134) descrevem com êxito essa diferença ao destacar que a maioria das línguas derivadas do latim apresentam na transcrição fonética uma “leve nasalação” vocálica, quando esta é aproximada de consoante nasal na sílaba seguinte. À exceção, o francês possui vogais nasais isoladas, concluindo-se que existe diferença entre vogal nasal (VN) e vogal nasalizada (CV.NV).

O português também difere das demais, pois o processo de produção de seus sons vocálicos nasais não é defendido por todos, tanto que as autoras citadas encerram o raciocínio declarando que é consenso o sistema vocálico lusitano possuir, apenas, sete vogais, todas orais.

Embora saiba-se existir a nasalidade, Oliveira (2012, p. 18) introduz, através

de Câmara Jr., a raiz do problema: proclama não termos vogais nasais, mas vogais orais seguidas de um arquifonema nasal, chamando esse processo fonológico de nasalização. O próprio Câmara Jr. também o escreveu:

A razão desta segunda maneira de representar a vogal nasal está na circunstância de que a vogal nasal não é um som vocálico puro; a ressonância nasal tem um valor consonântico, e em português, quando a vogal nasal não está em fim de vocábulo (ou, mais rigorosamente, diante de pausa), acompanha-a um ligeiro resíduo de consoante nasal (CÂMARA JR., 1957, p. 24).

Cabe fazer aqui um parêntese para distinguir fonética e fonologia. A fonética é uma observação precisa dos sons produzidos pelo nosso sistema fonador, atendo-se a distingui-los com precisão mecânica e anatômica. A fonologia dá um passo em outra direção, observando como os sons interagem entre si; quais realmente importam na comunicação de cada língua, por serem contrastantes, e quais são usados indistintamente, compondo a alofonia, cujos gerativistas “Chomsky e Halle (1968) foram os primeiros a atribuir um estatuto teórico à distinção, já praticada desde a década de 20, entre transcrição “fonêmica” ou fonológica e transcrição fonética” (ALBANO, 1999, p. 93).

Entre as ferramentas da fonologia, destacam-se a conceituação de pares mínimos:

Quando dois itens lexicais se distinguem pela troca de um único som e essa troca representa uma mudança de significado, estamos diante do que chamamos de pares mínimos. Caso a mudança de sons não acarrete alteração do sentido não teremos pares mínimos, mas simplesmente um caso de variação (alofones). Desta forma pode-se detectar fonemas ou constatar variação (OLIVEIRA, 2012, p. 12).

E a conceituação de distribuição complementar (grifos do original):

Se o par mínimo é uma possibilidade de identificação dos fonemas, a **distribuição complementar** é uma possibilidade de identificar os alofones de um fonema. Dizemos que dois segmentos estão em distribuição complementar, quando um não pode ocupar o mesmo lugar do outro (OLIVEIRA, 2012, p. 12-13).

Voltando às vogais com traço nasal, Oliveira (2012, p. 18) continua a sua descrição do sistema vocálico português distinguindo a nasalidade fonética, que em língua portuguesa é simples distribuição complementar, alofonia – como em “camelo” e “banana” [kãmelU], [bãñãna] ou [kamelU], [banãna] – e a nasalidade fonológica

(nasalização), caso de pares mínimos, exemplificado em “canto” e “cato” [kãtU] e [katU].

Explicados alguns conceitos e ideias iniciais referentes à produção nasal em português, na tentativa de confirmar detalhadamente o dito por Câmara Jr. a respeito da separação entre os dois processos – nasalidade e nasalização –, dividir-se-ão os temas nas próximas seções entre os processos fonético e fonológico de produção de vogal nasal.

### 2.3 A NASALIDADE PURAMENTE FONÉTICA

Antes de propor qualquer tipo de observação sobre a natureza fonética da nasalidade, é preciso revisitar os fundamentos de sua realidade e de ser comum a várias línguas de origem latina, como descrito por Ali (1966, p. 37) com os grifos do original:

Vogal nasal proveniente da absorção de *n* seguido de outra consoante é fato normal em português, como em outros idiomas românicos: *cīco* (*cinco*), *dāsa* (*dança*), *māso* (*manso*), *pēsar* (*pensar*), *frāgo* (*frango*), *domīgo* (*domingo*), *mōje* (*monge*), *trōco* (*tronco*), etc.” (*apud* D’ANGELIS, 2002).

De fato, as vogais com traço de nasalidade são bastante presentes no português sob tipo vário; ora representadas por um til <~>, ora por um dígrafo de vogal seguida de consoante nasal, ora nem por isso. Ilari (2018, p. 244) chega a dizer que, objetivamente, todas as vogais seguidas das consoantes [m], [n] ou [ɲ] são nasais. Ele ainda descreve a existência dos ditongos nasais [ãõ], [ãẽ] e [õẽ], demonstrando que estes diferem das vogais por não possuírem consoante nasal próxima.

Engelbert é ainda mais preciso, ampliando e classificando o quadro de ditongos nasais de Ilari:

Os ditongos nasais que ocorrem no português são estes: [ãɪ], [õɪ], [ũɪ], [ẽɪ] e [ãu]. As sequências [ãɪ], [õɪ], [ũɪ] acontecem somente em sílaba tônica, como em *pães*, *leões* e *muíto*. As outras duas sequências [ẽɪ] e [ãu] podem ocorrer tanto em posição tônica (*trem*, *são*) como em posição átona (*item*, *órgão*) (ENGELBERT, 2012, p. 61-62).

Reconhecendo sua existência, dá-se um passo adiante para demonstrar que tudo que foi descrito pelos autores anteriores como vogais nasais no português

compõe, em realidade, dois processos distintos, sendo o primeiro a nasalidade pura - que Mattoso Câmara considerava só ser possível “numa língua em que haja contraste distintivo entre vogal nasal e vogal mais consoante nasal, como acontece no Francês: /bõ/ (masc. bon) - /bon/ (fem. bonne)” (*apud* FREITAS, 2011, p. 83), o que, segundo ele, não fica exatamente especificado em língua portuguesa na forma de pares mínimos:

Diante de uma possível nasalação, que é meramente mecânica e fonética (sem efeito para distinguir formas da língua) e uma nasalação que se opõe distintivamente à não-nasalação, é preciso encontrar um traço específico que caracterize as vogais que são nasais em termos fonêmicos. São elas as únicas vogais nasais portuguesas que merecem tal classificação (1985 *apud* BOTELHO, 2007, p. 57).

No caso das consoantes nasais estarem em posição de *onset*, ou seja, iniciando a sílaba seguinte, Unha e De Paula (2012, p. 37-38) dizem não haver nasalização, mas nasalidade, a ocorrência de vogal nasal real. Mais adiante (2012, p. 38) elas demonstram como exemplo a palavra “uma”, rebatendo sincronicamente a opinião de Mattoso Câmara de, neste caso, o “u” tratar-se de vogal oral. De qualquer modo, a dada opinião apenas embasa a existência fonética da nasalidade, pois não há contraste fonológico entre o “u” nasal ou não.

Engelbert (2012, p. 59) corrobora exemplificando: “porém, há um fenômeno chamado de *nasalidade*, que acontece em alguns dialetos, mas que não provoca mudança de significado. É o caso da diferença entre [ka'netɛ] e [kã'netɛ].” Com grifos do original.

Costa e Malta (2015, p. 137-138) comentam que, para os gerativistas, a nasalidade fonética é produto do compartilhamento de um traço nasal entre segmentos vizinhos. Os defensores do gerativismo clássico, dos modelos lineares, segundo as autoras, consideram o processo como uma cópia de traços das sílabas vizinhas, a assimilação; nos modelos não lineares, como o autosegmental, a nasalidade é tratada como espalhamento de um nó (ou traço) entre os segmentos, em alguns casos, chegando a ocorrer, pela harmonia, entre sílabas não vizinhas e mesmo entre a palavra e seus afixos<sup>4</sup>:

---

<sup>4</sup> As autoras comentam que o traço nasal em Guarani chega a nasalizar toda a palavra. Costa e Malta (2015, p. 138). Destaca-se que a língua Guarani pertence à família linguística Tupi-Guarani, importante tronco linguístico indígena sul-americano, que verteu muitas palavras ao português brasileiro atual através do Nheengatu, a língua geral do período colonial brasileiro.

Assim, [nasal] seria implementado, necessariamente, em toda a extensão do segmento; nem aquém, nem além, o que dificultava a representação tanto dos segmentos de contorno – como oclusivas pré-nasalizadas [mb̃], [nd̃] e [ŋg̃], que, de fato, são unidades nas quais a atuação do traço [nasal] é menor que o limite do segmento, quanto das harmonias, eventos nos quais o domínio de atuação do traço [nasal] ultrapassa os limites do segmento, chegando a atuar em toda a palavra fonológica (COSTA e MALTA, 2015, p. 134-135).

Voltando ao estruturalismo, à corrente teórica do próprio Câmara Jr., cabe destacar que esse mesmo linguista concorda que esse processo ocorra no campo fonético, mas limita-se a ele, conforme demonstra o seu estudo sobre rimas:

Um passo à frente, também dado por Mattoso Câmara, foi o de avaliar as consequências de sua análise em outros domínios da língua. Assim, reinterpreta a rima entre vogal oral e vogal nasal como sendo uma rima imperfeita e não, toante, como a caracteriza Celso Cunha (LEITE, 2004, p. 17).

Em concordância com seu predecessor, tanto Bisol (1999 p. 167 *apud* BOTELHO, 2007, p. 60-61) quanto Freitas (2011, p. 84), manifestam-se concluindo que a vogal nasal pura é apenas uma manifestação de superfície, fonética, não contrastiva, logo não perpassa a fonologia. Ao considerar-se essas vogais como seguidas de um segmento consonântico nasal, o quadro vocálico permanece apenas com as sete vogais orais.

## 2.4 CÂMARA JR. E A FONOLOGIA DA NASALIZAÇÃO

Fato importante para nossos estudiosos, “encontramos na literatura sobre a fonologia do português brasileiro a separação entre nasalização e nasalidade” Engelbert (2012, p. 108). Segundo ela, bem como já descrito por Chrystal (1980, p. 179 *apud* COSTA e MALTA, 2015, p. 136), o som nasalizado ocorre por influência de sons nasais vizinhos (consonânticos ou vocálicos) e é caracterizado como uma ressonância da vogal oral gerada pelo abaixamento do véu palatino, o palato mole, fazendo com que o ar passe, também, pela cavidade nasal.

Observando a nasalização diacronicamente, fica claro que a origem de grande parte destas produções nasais na língua lusitana advém do latim através de sua versão vulgar, que deu origem ao romance português. Viaro (2004, p. 193 - 201) dá vários exemplos de como surgiram estas vogais nasalizadas: as vogais portuguesas



/ã/, /ẽ/, /ĩ/, /õ/ e /ũ/ provém da nasalização de [a], [e] ou [ɛ], [i], [o] ou [ɔ], e [u] respectivamente, motivada pela proximidade de uma consoante nasal terminando a sílaba, como em (CAMPVM > campo) ou da síncope de uma nasal intervocálica (exceto em presença de [a]), como em (COMMVNEM > comum).

Câmara Jr. dá outros exemplos de ordem etimológica, com grifos do original:

A sonorização na passagem evolutiva para o português, só se deu após a completa desnasalização: mensa - mêsa – mesa /z/; pensare - pêsar - pesar /z/. Com a presença do elemento nasal, os grupos -pl- e -cl- não evoluíram como intervocálicos, como se pode constatar na comparação entre: *oclu* > *olho* e *amplu* > *ancho*; *macla* > *malha* e *mancla* > *mancha* (FREITAS, 2011, p. 85).

Pensando em questões de representação fonológica para essas realizações nasais, Mattoso Câmara propõe, em princípio, acrescentar “à letra vogal um n entre parênteses; assim, em português, *lã* ficará /la(n)/, *dançar* ficará /da(n)sar/; *bem*, em transcrição lata /be(n)/, em transcrição estrita [be<sup>i</sup>(n)]” (CÂMARA JR., 1957, p.39) e, mais tarde, o arquifonema /N/. (BOTELHO, 2007, p. 61). “Uma vez que a são consoantes reduzidas, homorgânicas com as consoantes seguintes, de outra sílaba, o til não serviria, exemplificando: sílaba (campo – /kaNpu/ e não, /kãpu/).” (MATTOSO CÂMARA, 1977 apud BOTELHO, 2007, p. 57).

[...] por Mattoso Câmara [...] esse conteúdo abarca as vogais nasais que são interpretadas como uma sequência de vogal seguida por consoante nasal na mesma sílaba (homossilábica). Ainda seguindo interpretação desse autor, a consoante nasal em declive silábico (coda) tem como representante fonológico um arquifonema que conserva, das consoantes nasais / m, n ɲ /, o traço nasal nelas em comum, mas, por outro lado, não apresenta ponto de articulação. O símbolo representativo desse arquifonema debucalizado é o /N/. A nasal em coda promove, em regra, a emissão da vogal com traço nasal, no núcleo da mesma sílaba, enquanto a bucalização da nasal em coda não se mostra um processo tão produtivo quanto o outro. A nasal em coda tanto pode ser desencadeadora de espriamento quanto ser alvo de espriamento, neste caso, de ponto de articulação. Dentre esses processos, o mais produtivo é o da nasal como gatilho. (BISOL, 2005 apud UNHA e DE PAULA, 2012, p. 37).

Conforme apontado por Bisol, também por D’Angelis (2002, p.16), justamente por serem homorgânicas, Mattoso Câmara demonstrou que tais consoantes não possuem um traço de ponto de articulação específico, mas recebem-no da consoante

obstruinte subsequente.<sup>5</sup> Lopez (1979) o contradiz, apresentando a alternância de vocábulos: fim – finir, bem – benefício para justificar sua opinião de que os fonemas, em final de sílabas são plenamente especificados, com ponto de articulação coronal (considerado o ponto menos marcado, portanto, o *default*), ou seja, /n/ ao invés do /N/ (*apud* COSTA e MALTA, 2015, p. 135).

Para Unha e De Paula (2012), o processo que assimila o ponto de articulação progressivamente, porém, apresenta diferenças dependendo da vogal, enquanto o segmento semivocálico na coda homossilábica pode ser criado em: /peNte/ > [pẽjti] e /oNda/ > [õwda], o mesmo não ocorre em /aNço/ > [ãçu]. Segundo os autores, o arquifonema nasal em /aN/ não apresenta em sua configuração fonética ponto de articulação que lhe permita isso, uma vez que esse processo de espraiamento de traço se dá em vogais médias coronais e dorsais labiais, não em vogais dorsais não arredondadas. Ainda segundo eles, /ĩj/ e /ũw/ são pouco produtivos por romperem com o Princípio do Contorno Obrigatório, que rejeita segmentos semelhantes.

Com embasamento teórico suficiente para compreensão do processo de nasalização, cabe agora aprofundar-se nos contextos de ocorrência de tais vogais em português, renomeando os processos de “nasalidade forte” e “nasalidade fraca” (NOBILING, 1974 *apud* FREITAS, 2011, p. 82) por termos que reflitam maior clareza. Por ordem de aparecimento na palavra escrita e separação silábica, trata-se das consoantes nasais em coda silábica, a chamada nasalidade forte, em primeiro lugar.

Nossa língua possui um processo de espraiamento do som de uma consoante nasal que, quando está em coda (em travamento silábico, encerrando a sílaba) provoca a nasalização das vogais anteriores (UNHA e DE PAULA 2012, p. 37-38). Para fins de representação fonológica, conforme já dito, indica-se essa nasalização com a vogal oral e acrescenta-se o arquifonema /N/ logo em seguida, em substituição à consoante ortograficamente correta e “o mesmo critério é aplicado por Mattoso Câmara na classificação dos ditongos, que devem ser analisados como ditongo oral seguido de arquifonema nasal: mãe / ayN /” (FREITAS, 2011, p. 85).

Como prova da nasalização, Engelbert (2012, p. 58) cita que as consoantes nasais são pronunciadas apenas no início da sílaba, demonstrando a transcrição fonética de fã, trem e janta, ordenadamente: [fã], [trẽ] e [ˈzãte] como exemplo. Ainda

---

<sup>5</sup> D’Angelis (2002, p.16) copia o quadro de Mattoso Câmara: /kaN.po/ [ˈkẽ-m.pu]; /kaN.to/ [ˈkẽ-n.tu]; /kaN.ga/ [ˈkẽ-ŋ.gẽ]; /aN.fora/ [ˈkẽ-mfore] e /kaN.ça/ [ˈkẽ-ŋ.çẽ].

faz uma descrição precisa de como acontece a fonação do “a” seguido de “n” da palavra “janta”, demonstrando o abaixamento do véu palatino seguido do levantamento da língua em direção aos alvéolos, onde será produzido o “t”; isso causa uma ressonância que lembra a produção de uma vogal nasal, mas não o é, pois “n” e “t” são homorgânicas, isto é: possuem o mesmo ponto de articulação, logo pode-se transcrever a palavra adequadamente como [‘ʒã<sup>n</sup>tɛ].

De fato, Mattoso Câmara diz que a diferença entre palavras como campo e capo; brando e brado; mino e mito se dá não pela produção nasal ou oral, mas pelo princípio de travamento silábico versus sílaba livre e, o que poderia contrapor esta interpretação, a sensação de que há vogal nasal sem consoante nasal a seguir, é unicamente psicológica, não estrutural (FREITAS, 2011, p. 84).

D’Angelis é o principal opositor a Câmara Jr. nesta questão. Na sua interpretação, este murmúrio nasal ou “fase consonantal” não é passível de confirmação a níveis audíveis em todos os dialetos, portanto, a garantia de contraste vocálico para os ouvintes advém da nasalidade (D’ANGELIS, 2002, p. 20).

Mas, e como tratar o “arquifonema” /N/, responsável pela nasalização [...] produzida em contexto no qual a vogal é núcleo de sílaba cuja coda é uma consoante superficialmente nasal – tipo (C)VN? No caso desse fonema não parece que possamos deixar de reconhecer que o que é preponderante é efetivamente a nasalidade, a tal ponto que, em muitos falantes, a presença fonológica do travamento silábico só pode ser justificada pela nasalidade encontrada na vogal núcleo da sílaba de que participa, mas por nenhum traço consonantal audível à direita dela. E é tão evidente esse papel preponderante, ou seja, o de nasalizar as vogais, que sempre se tem chamado a atenção para a diferença entre esse tipo de nasalidade e aquela do tipo anteriormente visto, destacando-se costumeiramente que essa, gerada por /N/, é recurso significativo da língua (D’ANGELIS, 2002, p. 15).

O mesmo autor cita Souza (1994) que, em pesquisa instrumental, constatou a existência de murmúrio nasal “coarticulado à vogal” sem, segundo ela, transitar para a articulação de uma consoante (p. 127 apud D’ANGELIS, 2002, p. 16).

Os argumentos da existência do travamento silábico para Mattoso Câmara provêm de outros indícios, para além do glide nasal defendido por D’Angelis:

Para Mattoso Câmara, a questão é bem mais complexa do que a mera audição do *glide* nasal. É ele quem inaugura a linha de apresentar argumentos intrassistêmicos para referendar sua análise. Assim, considera as vogais nasais como vogais orais seguidas de um arquifonema consonântico nasal, sendo a natureza nasalizada da vogal decorrente da consoante nasal que lhe trava a sílaba. Como argumentos de que uma vogal nasal funciona como se fosse travada por uma consoante apresenta a não-

ocorrência da vibrante simples após vogal nasalizada e a refração à crase entre vogal nasal e outra vogal seguinte (LEITE, 2004, p. 16).

Unha e De Paula (2012, p. 37-38) apontam, ademais, que Mattoso Câmara atesta tal processo acrescentando como prova que “o hiato entre vogal nasal e vogal oral não se firma ou porque a vogal deixa de ser nasal ou porque a consoante nasal do travamento silábico passa a integrar a sílaba seguinte”.

Seguindo o critério de posicionamento dentro da sílaba, observam-se as vogais com traço nasal cuja consoante nasal subsequente está em posição de *onset* da sílaba seguinte, de outro modo: “a nasalidade fraca”. “naquela, a vogal (que é sempre oral) recebe uma leve nasalização por conta do contato com uma consoante nasal da sílaba seguinte (ex.: “mamaã”, “cana”, “aranha)” (BOTELHO, 2007, p. 56), grifos do original.

Entre os estruturalistas que conseguiram ameaçar o posicionamento teórico de Mattoso Câmara com certo sucesso, pois não há nele explicação adequada, está Eunice Pontes, apresentadora do par mínimo “caminha” e “caminha”: a primeira palavra é o verbo *caminhar* conjugado na terceira pessoa do singular do presente do indicativo, cujo “a” antecessor de “m” é oral; já a segunda é o diminutivo de cama, que tem “a” antecessor de “m” com traço nasal (LEITE, 2004, p. 17).

O próprio estruturalismo parece não dar conta de responder à questão, mas há outras correntes teóricas, desenvolvidas mais recentemente, tão fortes quanto o estruturalismo que permitem observar o par mínimo de Pontes sobre outro arcabouço de ideias:

A teoria gerativista fornece os meios para contornar o sério empecilho, mencionado anteriormente, aventado por Eunice Pontes, para considerar as vogais nasais como não-fonêmicas. Basta se apelar para a aplicação cíclica de regras, admitindo-se a informação morfológica e limitar a nasalização da vogal à posição tônica, como o fez Perini (1973), em *The Process of Nasalization: Evidence from Portuguese*. Desse modo, no primeiro ciclo, ter-se-ia a acentuação de *cama+inha* recaindo no primeiro *a* da raiz. Este acento seria o responsável pela nasalização de *caminha* "diminutivo de cama". Já em *caminha* do verbo ***caminhar***, o *a* não seria acentuado e não se nasalizaria. Todas as análises gerativas do português, menos a de Leite (1974) e a de Abaurre-Gnerre (1983), consideram a vogal nasal como não-fonêmica (LEITE, 2004, p. 18).

Finalmente, opta-se por dar tratamento especial às vogais nasalizadas com travamento silábico nasal que estão em posição de fim de palavra ou de tema morfológico, pois não se aproximam de “m”, “n”, ou “nh” na escrita, mas destacam-se

com o sinal gráfico “til” (~). Além delas, observa-se o “caso da palavra “muito”, que, embora seja o único caso, é uma realização de um fonema vocálico nasal, em português, sem qualquer representação física que o caracterize (BOTELHO, 2007, p. 58).

A negação ao arquifonema /N/, agora, é apresentada por aqueles que discordam de o processo diacrônico, visível em formas etimológicas cognatas, ser o responsável pela diferenciação entre “lá” e “lã”, por exemplo:

Não se pode esquecer, ainda, de que há casos em que a vogal nasal é representada com uma notação léxica (~) (“lã”, “cãibra”, irmãzinha”) e há um caso em que tal nasalidade não se representa graficamente (“muito” – “/muyNtu/”). No primeiro caso, há quem se valha de uma forma teórica em /aN/ – teoria desenvolvida pelo próprio Câmara Jr. –, cujo elemento nasal se pode resgatar em formas cognatas, como se verifica nos pares “órfã – orfanato”, “cidadã – cidadania”, “irmã – irmandade”. Contudo, esse procedimento é questionável, uma vez que nem todos os casos de vogais nasais têm em sua descrição diacrônica um mesmo caráter etimológico (BOTELHO, 2007, p. 59).

Por outro lado, há os que (como Bisol) apoiam o ponto de vista de Câmara Jr., declarando que a diferença já está na estrutura silábica (VN versus V), tornado a nasalidade da vogal redundante à consoante nasal subsequente, exemplificando com /riN/ e /ri/. (ABAURRE e PAGOTTO, 1996, p. 496 *apud* D’ANGELIS, 2002). Outra demonstração advém pela própria origem do diacrítico “til”, como abreviatura de “m” ou “n” final:

O til, diferente dos outros diacríticos, faz-se presente desde os escritos da primeira gramática portuguesa. Apresentado por Oliveira como um sinal de abreviatura e classificado como uma letra, o til tinha como função principal a supressão dos grafemas <m> e <n> (MÓDOLO e NEGRO, 2017, p. 334).

Na explicação atribuída a Mattoso Câmara:

A explicação deste critério na classificação das vogais em Português mereceu crítica de alguns eminentes estudiosos de nosso idioma. Aludem, por exemplo, à oposição lã / lá onde veem distinção oral / nasal. Mas, no critério admitido por Mattoso Câmara, a oposição não se faz pelo traço de nasalidade, mas por se encontrar a vogal em sílaba travada e em sílaba livre. A mesma distinção podemos observar em mar / má (FREITAS, 2011, p. 83).

### 3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo deu embasamento à demonstração de que o traço nasal em vogais é um fenômeno real em português, como em várias outras línguas de origem latina. A nasalidade foi analisada sob vários aspectos e autores, – desde análises diacrônicas, até suas realizações em diferentes posições dentro da sílaba – chegando a concluir-se que a sua existência é apenas fonética, conforme bravamente resumida por Botelho:

Portanto, somos da opinião que além dos sete fonemas vocálicos orais (abertos e fechados) tônicos e dos cinco orais átonos, a língua portuguesa apresenta cinco fonemas vocálicos nasais, cujas diferentes realizações tônicas ou átonos não devem ser valorizadas por serem de natureza fonética e não fonêmica (2007, p. 62).

De outro modo, a nasalização é, esse sim, um processo que pode ser analisado sob o viés fonológico e é produto da proximidade da vogal oral com uma consoante nasal, resultando no espriamento do traço nasal (através de ressonância) para a vogal em foco:

Precisamos, no entanto, diferenciar dois casos de influência da consoante nasal sobre a vogal: quando ocorre na mesma sílaba, como em *lindo*, e quando está em sílabas diferentes, como em *cama*. No primeiro caso, a realização da vogal juntamente com a ressonância nasal tem caráter fonológico, em oposição a *lido*. Entretanto, a nasalização da vogal anterior à consoante não está em oposição à não nasalização dela, não atribuindo à vogal o caráter fonológico. Desta forma, fica estabelecido que as vogais nasais são fonemas em português somente quando forem seguidas de consoante nasal na mesma sílaba. Quando as vogais pertencerem a sílabas distintas, a nasalização é considerada alofonia (ENGELBERT, 2012, p. 90).

Também se demonstra que o espriamento nasal é representado ortograficamente vez por vogal seguida de “m” ou “n” na mesma sílaba, vez por sinal diacrítico “til” (~), e em casos especiais, nem recebe representação escrita. Em notação fonológica, embora sem consenso, a maioria dos autores sugere o uso do arquifonema /N/ logo após a vogal dita nasalizada.

Cabe aqui ressaltar que se buscou manter a análise no campo estruturalista, mas quando as respostas falharam nesta corrente teórica, usou-se do gerativismo. Portanto, sugere-se que as pesquisas na área usem, sem qualquer preconceito, da alternância entre as duas escolas, pois só assim poder-se-á idealizar, um dia, obter o conhecimento total da bela sonoridade da língua portuguesa.

## REFERÊNCIAS

- ALBANO, E. C. Representações fonética e fonológica: rumo à parcimônia. **Caderno de Estudos Linguísticos**, Campinas, n. 37. p. 93-103, jul. /dez. 1999.
- BOTELHO, J. M. Faculdade de formação de professores - A nasalidade das vogais em português. **Soletras**, São Gonçalo, v. 7, n. 14, p. 55-63, jul. / dez. 2007.
- CÂMARA JR., J. M. **Manual de Transcrição Fonética**. 1. ed. Rio de Janeiro: Universidade do Brasil, Museu Nacional, 1957.
- COSTA, C. P. G.; MALTA, C. Nasalização em português brasileiro: uma (re)visão autosegmental. **SIGNUM: Estudos Linguísticos**, Londrina, n. 18, p. 132-156, jun. 2015.
- D'ANGELIS, W. R. Sistema fonológico do Português: rediscutindo o consenso. **DELTA**, São Paulo, v. 18, n. 1, p. 1-24, 2002. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010244502002000100001&lng=pt&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010244502002000100001&lng=pt&tlng=pt)> Acesso em: 26 dez. 2019.
- ENGELBERT, A. P. P. F. **Fonética e fonologia da língua portuguesa**. 1 ed. Curitiba: InterSaberes, 2012.
- FREITAS, H. R. Mattoso Câmara e a fonologia. **ABRAFIL**, Rio de Janeiro, n. 9, p. 79-87, 2011. Disponível em: < <http://www.filologia.org.br/abf/rabf/9/079.pdf>>. Acesso em: 26 dez. 2019.
- ILARI, R. **Linguística românica**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2018.
- LEITE, Y. Joaquim Mattoso Câmara Jr.: um inovador. **DELTA**, São Paulo, v. 20, n. Especial, p. 9-31, 2004. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-44502004000300004](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-44502004000300004)> Acesso em: 26 dez. 2019.
- MÓDOLO, M.; NEGRO, H. O. B. Gramáticas quinhentistas e suas considerações sobre o diacrítico til. **Revista da ABRALIN**, Campinas, v.16, n.2, p. 313-340, jan. /abr. 2017.
- OLIVEIRA, D. H. Fonética e fonologia do português. **Biblioteca Virtual -Universidade Federal da Paraíba**, João Pessoa, v. 1, n. 1, p. 1-45, 2012. Disponível em: <[http://biblioteca.virtual.ufpb.br/files/fonatica\\_e\\_fonologia\\_136\\_0068796.pdf](http://biblioteca.virtual.ufpb.br/files/fonatica_e_fonologia_136_0068796.pdf)>. Acesso em: 26 dez. 2019.
- PRAÇA, F. S. G. Metodologia da pesquisa científica: organização estrutural e os desafios para redigir o trabalho de conclusão. **Diálogos Acadêmicos**, Sertãozinho, v. 08, nº 1, p. 72-87, jan. /jul. 2015. Disponível em: <[http://www.uniesp.edu.br/sites/\\_biblioteca/revistas/20170627112856.pdf](http://www.uniesp.edu.br/sites/_biblioteca/revistas/20170627112856.pdf)>. Acesso em: 23 jun. 2020.
- UNHA, C. M.; DE PAULA, A. S. Joaquim Mattoso Câmara Jr.: uma referência para os estudos fonético-fonológicos do Português do Brasil (PB). **Revista do GELNE**, Natal, v. 14, número especial, p. 35-56, 2012.

VIARO, M. E. **Por trás das palavras – manual de etimologia do português**. 1 ed. São Paulo: Globo, 2004.